

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO
SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO NA CONTEMPORANEIDADE
(2006-2011)¹**

Afonso Soares de Oliveira Sobrinho²

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO; 1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE; 2 OS INFORMAIS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL; 3 HISTÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.

RESUMO:

O presente artigo discute a questão social da pobreza a partir dos sujeitos que se encontram em maior vulnerabilidade social: os moradores em situação de rua na Cidade de São Paulo na contemporaneidade em especial no trato dispensado pela administração local. As políticas públicas saneadoras dos espaços e de disciplina da informalidade enquanto negação de políticas públicas que atendam a ética do humano.

Palavras- Chave: População em situação de rua; Saneamento; Disciplina; Informalidade; Pobreza.

ABSTRACT:

This article discusses the social issue of poverty from the subjects that are more socially vulnerable: the people on the streets in São Paulo nowadays especially in the treatment accorded by the local administration. Public policies for remedial and disciplinary spaces of informality as denial of public policies that address the ethics of human.

Keywords: Population living on the streets; Sanitation; Discipline; Informality; Poverty.

¹ Artigo apresentado a partir da Dissertação de mestrado em Políticas Sociais - UNICSUL

² Doutorando em Direito pela Faculdade Especializada em Direito – FADISP.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema que passa despercebida, enquanto fenômeno urbano, em especial nas grandes cidades, em especial quando falamos dos moradores em situação de rua, sujeitos que se encontram em situação de pobreza extrema, portanto se encontram em maior vulnerabilidade social. Casualmente na cidade cruzamos com eles todos os dias, embora não os vejamos ou não queiramos vê-los; porém, eles estão lá na rua, construindo e reconstruindo seus territórios cotidianamente. A proposta da pesquisa é identificar quem são esses atores, o que fazem para sobreviver no ambiente hostil do universo urbano do centro de São Paulo.

Para os gestores públicos, a cidade seria como um organismo doente – numa alusão à saúde e higiene, especialmente dos mais pobres, que precisariam de cuidados permanentes, sendo tratados como caso de polícia, e nega-lhes a cidadania e dignidade humana.

Nosso objetivo, na análise da pesquisa, é trabalhar a partir do uso da técnica, incluídos os discursos apresentados pelos gestores da municipalidade, e conteúdos dos jornais, um projeto de cidade utópica, revelada em ideologias e ações autoritárias, como a repressão policial no disciplinamento da informalidade.

Para fins metodológicos, foi feita a opção pelo estudo das políticas públicas norteadoras (de ampla divulgação na mídia) da administração de São Paulo no trato com a informalidade diante do universo de temas apresentados todos os dias nos impressos, incluindo leis, decretos e demais ações do poder público.

O presente artigo foi dividido em três capítulos. No primeiro discutimos os principais conceitos relacionados à informalidade. No segundo abordamos os informais moradores em situação de rua diante da situação de vulnerabilidade social. No terceiro as histórias dos moradores em situação de rua. Por fim concluímos apresentando possíveis propostas para a questão social dos moradores em situação de rua à luz da cidadania.

1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE

Cabe então, de antemão, expor os significados que estamos aqui atribuindo às expressões: saneamento, pobreza, informalidade, disciplina, Cracolândia.

Utilizamos o termo saneamento para nos referir ao processo de limpeza social da cidade por meio de intervenções urbanas pela municipalidade no tratamento das “doenças sociais” associadas à pobreza e informalidade, como vícios que prejudicam a boa moral,

ordem da cidade. Há, portanto, o caráter econômico, político e social a ser considerado nos sujeitos como produtivos, úteis, ordeiros e dentro da legalidade nessas ações como o “perigo de contágio” que esses sujeitos informais representam para o corpo social. Portanto, sanear como técnica administrativa em princípio está no campo das ideologias difundidas na cidade (criação de leis, discursos, propaganda, projetos urbanísticos) e visa atender a uma utopia³ da elite⁴.

³ “**Utopia 1.** Termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516), significando literalmente ‘lugar nenhum’ (Gr. *ou*: negação, *topos*: lugar), para designar uma ilha perfeita onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os cidadãos seriam iguais e viveriam em harmonia. A alegoria de Tomás Morus serviu de contraponto através do qual ele criticou a sociedade de sua época, formulando um ideal político-social inspirado nos princípios do humanismo renascentista.

2. Em um sentido mais amplo, designa todo projeto de uma sociedade ideal perfeita. O termo adquire um sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável e portanto fantasioso. Por outro lado, possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade [...]. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 274)

⁴ “**Elite**, desde meados do S18, porém mais comumente desde princípios do S19, expressava principalmente uma distinção social por meio da posição, mas também podia ser utilizada para referir-se a distinções no interior de um grupo [...].

Não surpreende, portanto, que seu surgimento em um sentido moderno mais específico esteja relacionado aos debates conscientes sobre classe. Isso tem dois aspectos principais: o primeiro, o sentido de que houve uma ruptura nos velhos modos de distinguir pela oposição ou por hereditariedade aqueles mais aptos a governar ou exercer influência, e um fracasso na busca de novos modos de distinguir tais pessoas por meio de eleição formal (parlamentar ou democrática); segundo, em resposta aos argumentos socialistas sobre o governo de classes, ou sobre a política como conflito entre classes, o argumento de que as formações efetivas que governam e exercem influência não são as classes, mas as **elites**. O primeiro sentido, menos formal, está representado no S19 por muitas expressões alternativas – *os letrados [clerisy]* de Coleridge, os *mais sábios [the wisest]* de Mill, os melhores e os restantes [*the Best e the remnant*] de Arnold. A significação reside, em cada caso, na suposta distinção de tais agrupamentos em relação às poderosas formações sociais existentes. No uso geral do termo no S20, todos esses pressupostos se incorporam à **elite**, embora seja característico que muitas vezes ainda se evite a palavra por causa de algumas de suas associações (hoje se usam mais frequentemente as noções abstratas de *excelência* ou de PADRÕES [v] para exprimir ideias similares ou relacionais). O segundo sentido, mais formal, introduz-se efetivamente em uma tendência da teoria social que deriva de Pareto e de Mosca.” (WILLIANS, 2007, p. 150-151)

“**ELITE.** Minoria influente que toma as decisões no interior de uma classe ou grupo social. Distinguem-se várias elites, abrangendo os membros dos grupos ocupacionais que possuem *status* elevado no conjunto da sociedade: a *elite política*, a *elite intelectual*, a *elite empresarial* e a *elite militar* estão entre as mais poderosas. O conceito de elite nas ciências políticas e sociais foi particularmente estudado pelos sociólogos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, no início do século XX. Para eles, a elite seria formada por indivíduos superiores, socialmente bem organizados. Ambos se preocuparam especificamente com a análise das elites políticas, controladoras do poder e donas de todas as vantagens proporcionadas pela função. Opunham-se, dessa forma, às teorias que centralizavam a análise política e social no mecanismo das classes sociais e no conflito existente entre elas. Atualmente, o estudo das elites relaciona-se com a complexidade das chamadas sociedades de massa, que abrigam poderosas organizações burocráticas (empresas oligopólicas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação de massa e organizações estatais). Todas essas organizações seriam dominadas por elites específicas. O sociólogo Wright Mills, analisando a sociedade norte-americana em seu livro *As Elites do Poder*, distingue três elites fundamentais — *dirigentes de empresas*, *líderes políticos* e *chefes militares* —, todas basicamente recrutadas no interior do mesmo estrato social e unificadas em torno de objetivos comuns. Outros sociólogos norte-americanos distinguem cinco tipos de elite que habitualmente assumiram a liderança do processo econômico: *elite dinástica*, proveniente da aristocracia agrária (caso do Japão); *elite de classe média*, composta de membros de uma nova classe empresarial (Inglaterra e Estados Unidos); *intelectuais revolucionários* de tendência socialista (ex-União Soviética, China, Cuba); *administradores coloniais*, representantes do poder metropolitano nas colônias (África e Ásia); e *líderes nacionalistas*, recrutados no interior das camadas superiores ou nas Forças Armadas de países em desenvolvimento (Egito, Líbia)”. (SANDRONI, 1999, p. 201)

Lena Lavinas (2003), em seu texto “Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática”, analisa a pobreza a partir de um viés social associada ao universo urbano e para além do aspecto meramente de renda ou condições básicas de sobrevivência; diz respeito à condição social, e vai além por ser um conceito ideológico que induz a estereótipos (gerando um sentimento de culpa no próprio sujeito por estar em alguma situação de vulnerabilidade) e resulta em preconceito, sendo uma forma de dominação que gera exclusão social. Na medida em que se constrói socialmente a ideia de ser pobre por um ou mais padrões de comportamento social. Seja por hábitos de banho, limpeza, higiene, simbolicamente se estabelecem modos de agir que acabam por isolar os sujeitos que não apresentam características compatíveis com aquelas socialmente aceitas em determinado ambiente. Daí embora a exclusão social tenha um viés econômico, na relação com a pobreza e classe social, em certa medida diz respeito à capacidade subjetiva em não se sentir parte de algo, um sentimento de rejeição, que pode levar à própria perda de identidade do sujeito como parte de um grupo social ou mesmo da própria sociedade, seja pela falta de integração das redes de sociabilidade e reciprocidade, havendo falta de solidariedade. No mundo globalizado, a dificuldade de acesso às redes de informação e de sociabilidade se configura num dos grandes dilemas atuais.

O disciplinamento da informalidade, por sua vez, ocorre pelas práticas da administração local impondo a ordem mediante deveres, padrões de comportamento, costumes, hábitos, aplicação de leis, atuação policial, repressão. Foucault (2008) entende a disciplina como:

[...] o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a relação de uma para com a outra torna-se favorável[...]. (FOUCAULT, 2008, p. 181)

Entre as técnicas de disciplina, podemos situar a revitalização, regulação, modificação, fiscalização, repressão e controle dos espaços sejam públicos ou privados. A segregação, o isolamento e a violência também são formas de disciplina do corpo social. Entre as técnicas disciplinares, a mais utilizada é a lei como instrumento coercitivo a serviço das elites. Porém, o preconceito, a discriminação e os estereótipos são formas mais sutis de disciplina.

O termo informalidade para fins de estudo e análise foi utilizado para referir-se aos excluídos dos espaços da cidade, em especial: moradores em situação de rua, mendigos, flanelinhas, catadores de material para reciclagem, dependentes químicos, entre outros que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esse termo, portanto, para fins

metodológicos de pesquisa obedece um critério restritivo diante da complexidade do fenômeno social que o termo envolve e do universo de pessoas que se encontram em situação de pobreza em uma Cidade das dimensões estruturais e espaciais como São Paulo.

A informalidade, portanto, na pesquisa tem um viés sociológico em relação à análise, não se atém a estudar em detalhes cada um dos atores sociais, exceto o caso dos mais vulneráveis que são os moradores em situação de rua. Portanto, numa perspectiva saneadora da pobreza pela municipalidade, procurou-se abordar os territórios objeto dessas ações na região central da cidade. E para abordar a questão da disciplina da informalidade, utilizamos matérias dos jornais que identificam de maneira ampla o tratamento dado ao tema pelas gestões Serra/Kassab no período 2006-2011. Portanto, quando nos referimos ao Projeto Nova Luz, vislumbramos o olhar sobre os informais, como dependentes químicos, entre outros que lá sobrevivem.

A Cracolândia fica na região central da Cidade de São Paulo conhecida como Luz, objeto de operação urbana denominada Nova Luz (incluído tradicional centro de compras como Santa Ifigênia) em parceria entre governos municipal, estadual e a iniciativa privada que trabalham no sentido de retirada dos dependentes químicos da área pela idéia de revitalização incluída a desocupação de parte da área para realização do chamado Projeto Nova Luz. Essa área conhecida como Nova Luz tem sido objeto de especulação imobiliária por ser o centro de São Paulo um local privilegiado no acesso a bens e serviços, e que tem atraído os olhares da nova classe média por grandes projetos imobiliários para área. Em janeiro de 2012 teve início a operação centro legal uma parceria entre governo municipal, estadual e polícia militar para coibir o consumo de drogas por parte dos dependentes químicos em nome da defesa do direito à vida e à saúde, com forte repressão policial inclusive com uso de balas de borracha, sirenes 24 horas correndo atrás da multidão de usuários na chamada operação dor e sofrimento em que sempre que ocorre a aglomeração de viciados ocorre a dispersão policial.

2 OS INFORMAIS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A partir do documentário *À Margem da Imagem* (2003), com direção de Evaldo Mocarzel e roteiro da Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, foi possível identificar uma abordagem entre outras temáticas do cotidiano de moradores em situação de rua e a complexa relação entre a vulnerabilidade social e o poder público municipal no trato com a

questão social, a partir da visão dos próprios moradores de rua, e também como se formam redes de solidariedade social entre desempregados, alcoolizados, e as associações religiosas e/ou assistenciais entre outras formas de sobrevivência da população em situação de rua. Verifica-se que os espaços de convivências oferecidos pela municipalidade produzem espaços desiguais, como no caso dos albergues da cidade onde o estabelecimento de horários para entrar, dormir, acordar, sair, é, na verdade, um serviço em que a disciplina sobre o corpo é exercida cotidianamente, como espaço de representação do poder público que age com ordem sobre a vida dos moradores de rua; portanto, não se configura num espaço de socialização, mas de exclusão, produzido por agentes públicos que acabam por estabelecer o saneamento *in loco* em nome do município e da própria sociedade autoritária como reprodutora de desigualdades entre os que possuem e os despossuídos, desvalidos de qualquer dignidade humana. Esquecidos à própria sorte.

Também no documentário verificamos como na nossa sociedade dita democrática se produz e reproduz imagens da pobreza por meio de estereótipos criados, associando-os a “vagabundos, imprestáveis, preguiçosos” e culpando-os por sua própria condição, ou mesmo pela origem migratória, ou pela procriação desenfreadas, mitos construídos para justificar a própria pobreza e naturalizá-la, torná-la banal. A partir desses estigmas construídos socialmente, é possível justificar medidas ditas “de correção” do corpo social, dos comportamentos sociais, dos hábitos e costumes das pessoas excluídas da sociedade, como o “toque de despertar” pela administração municipal.

O que não se faz é entender as causas reais que envolvem a própria dinâmica capitalista, onde do ponto de vista estrutural, a automação, e necessidade de qualificação profissional constante, competição, representa corte significativo de empregos, entre outros aspectos relacionados às condições de vida e trabalho, como a desigualdade social, a produção de espaços que incluem uns e excluem, aumentando o exército de reserva que alimenta o sistema globalizante atual, em especial a partir das políticas neoliberais nos países periféricos. Além de problemas conjunturais como crises econômicas, desemprego, inflação, e principalmente, falta de políticas públicas que promova uma rede de proteção social com os direitos básicos do cidadão. Programas que tratem os vícios e violência do cotidiano das cidades à luz da questão social.

Há, muitas vezes, uma linha tênue entre a família e/ou a perda do emprego e a rua, como separações, conflitos familiares, preconceitos, dependência química, problemas psíquicos, abandono entre outros motivos ignorados principalmente pelo poder público.

A partir de então, fomos analisar mais a fundo os sujeitos por meio de dados estatísticos como técnica sujeita a diversas interpretações, a partir do olhar social.

A partir dos principais resultados da pesquisa FIPE sobre o censo da população em situação de rua, 2009 e os principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo, de 2010, é possível caracterizá-la como sujeito/objeto do processo saneador. E ações disciplinares desenvolvidas nos territórios pesquisados.

A cidade de São Paulo, como metrópole urbana com alta densidade populacional, revela várias facetas que escondem muitas desigualdades sociais, entre as quais a exclusão dos habitantes informais, inclusive moradores que se encontram em situação de rua.

[...] Definição da população em situação de rua:

- ‘Moradores de rua’: pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externa de imóveis;
- ‘Acolhidos’: pessoas que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos [...]. (SCHOR; VIEIRA, 2009, p. 2)

Conforme resultado do censo da população em situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2009, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE⁵, seriam hoje 13.666 moradores em situação de rua (somados os moradores de rua e os acolhidos), e a grande maioria vive na área central da cidade. Embora a rede de proteção social não trate devidamente o morador de rua (informal) a partir de políticas de geração de emprego e renda que lhe dê cidadania. Bem como falta uma estrutura por parte do poder público para o real acolhimento com abrigos para tratamento, acompanhamento e reinserção social para a dependência química por exemplo.

Ainda que haja convênios com instituições particulares por meio da parceria com a Prefeitura como garantir que realmente há um acolhimento dessa população a partir de estatísticas apenas, portanto, nos parece muito questionável esse critério de divisão entre moradores em situação de rua a partir do critério acolhimento e de rua. Haja vista não há programas sociais que permitam uma inclusão social efetiva a ponto de justificar essa distinção, ambos continuam em vulnerabilidade social. Faltam políticas públicas que garantam dignidade a todos, como cidadãos.

⁵ “[...] A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973 para apoiar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com destacada atuação nas áreas de pesquisa e ensino [...]” (Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/index.asp>. Acesso em: 21/01/2011 às 17h54)

A grande maioria dessa população é obrigada a migrar para outras áreas do entorno do centro para se protegerem das condições sociais adversas a que são submetidos. Agravada pelo ao fechamento de albergues no centro pelo próprio poder público. Portanto, considerar uma população “acolhida” diante da realidade em que vivem se torna questionável. Por cotidianamente serem expulsos de seus territórios pelas operações urbanas, como o caso dos dependentes químicos da região central do bairro da Luz, a partir do Projeto Nova Luz⁶.

QUADRO 1
Número de pessoas em situação de rua, 2009

População	Número	Total
Moradores de Rua	6.587	48,2
Acolhidos	7.079	51,8
Total	13.666	100,0

Fonte: FIPE – Principais resultados do censo da população em situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2009 (in SCHOR; VIEIRA, p. 4).

Do total de 13.666 da população em situação de rua, se somados apenas os moradores de rua por distrito, de um total de 6.587, verifica-se que a grande maioria se encontra na área central da cidade 4.093, o que representa 62,1%. Porém, se considerado o número de “acolhidos” por distrito de um total de 7.079, mais da metade, 53,8%, estão na região central, ou seja, 3810 acolhidos. Assim, se considerarmos o total de população de moradores de rua mais a população de acolhidos que moram na região central (conforme consta na própria pesquisa seriam os bairros da Sé, República, Brás, Pari, Cambuci, Liberdade, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista). Resultaria num total em 7.903, ou seja, 57,83% do total da população em situação de rua.

E pergunta-se haveria uma distinção considerável entre albergue e a rua? Resposta da pesquisa: “[...] Rua e albergue são faces da mesma moeda. São os lugares habitualmente utilizados pela população em situação de rua desde que perdeu a última morada [...]” (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3).

⁶ “O Nova Luz se insere no contexto de um ambicioso projeto de revitalização do centro da cidade que a Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Governo do Estado, pretende realizar ao custo de um endividamento milionário com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que prevê ainda uma contrapartida de investimentos para requalificar o que chamam de ‘área degradada’. O poder público, em parceria com instituições financeiras, alguns setores da iniciativa privada e da sociedade civil, em que se destaca a Associação Viva o Centro, quer transformar o centro da cidade em um lugar ‘limpo’, ‘vigiado’ e ‘controlado’, livre do que considera ‘sujeira’: o comércio informal, a população em situação de rua, os catadores de materiais recicláveis, os movimentos por moradia, enfim. [...]” (Coletivo Política do Impossível. *Cidade Luz: Uma investigação-ação no Centro de São Paulo*. Editora PI, São Paulo. p. 23-24. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf>. Acesso em: 23/04/2011 às 11h46).

QUADRO 2
Moradores de rua na Área Central, por distrito municipal, 2009

Distritos Municipais	Número	%
República	1570	38,4
Sé	1195	29,2
Santa Cecília	309	7,5
Brás	249	6,1
Consolação	175	4,3
Bom retiro	165	4,0
Bela vista	138	3,4
Liberdade	128	3,1
Pari	111	2,7
Cambuci	53	1,3
Total	4093	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Censo da População em situação de Rua da cidade de São Paulo (in SCHOR; VIEIRA, 2009, p. 12).

A partir da pesquisa da FIPE numa perspectiva oficial, acredita-se que foi possível pela administração local conhecer um pouco mais da realidade desses informais e caso desejasse intervir por meio de ações de maior eficácia no trato com a questão social, assegurando-lhes o mínimo de dignidade. No entanto, temos observado o viés saneador pelas políticas públicas locais. Aliás a falta de programas sociais para essa população piorou a partir da gestão Serra/Kassab (2006/2011), em especial a partir do fechamento de albergues pela atual administração.

Algo que os dados não revelam, porém, fica implícito a partir da pesquisa é a falta de programas sociais pela prefeitura que trate da fixação dos moradores em situação de rua no centro, apenas sistemas provisórios que definem albergados ou não. Sujeitos que construíram suas vidas nesses territórios são deixados à própria sorte na rua. Ao invés se criam instrumentos para sua expulsão e disciplinamento, aonde pode ou não circular.

Há inclusive ações adotadas recentemente pela municipalidade que visam disciplinar territórios estudados pela pesquisa, em especial na área do Projeto Nova Luz, também ações como a internação compulsória tão questionada como medida que fere a liberdade individual dos sujeitos se locomoverem livremente em nome do direito à saúde e à vida dos dependentes químicos e em situação de rua. Porém, é importante atentar para os resultados apresentados na pesquisa como instrumento de análise sociológica como descaso da municipalidade com a questão da parcela mais vulnerável da informalidade.

Por outro lado, as estatísticas numa concepção social e crítica também servem para situar a forma como eles vivem em seus territórios e formas de sobrevivência, suas lutas e dilemas existenciais diante dos poderes constituídos.

A pesquisa descaracteriza o mito de que seriam os nordestinos a maioria que mora em situação de rua. Bem como nega a associação entre esses segmentos informais, a ociosidade e a criminalidade comumente atribuída a quem se encontra nessa condição social. Entre outros aspectos analisados a seguir.

Outro ponto importante é a necessidade de pensar a população de rua como um todo como políticas públicas. E não apenas por bairro, haja vista haver uma mobilidade social dessa população de rua para o entorno do centro e outras áreas da cidade, como fartamente veiculado todos os dias pela mídia, em especial a partir das intervenções urbanas desenvolvidas pela municipalidade, que acaba por expulsar os mais vulneráveis para outras áreas do centro como Bela Vista, Santa Cecília e no entorno do centro como Ipiranga, Campo Belo.

Vejam os alguns dados extraídos a partir da seleção de quadros sobre caracterização demográfica, relativos à idade, escolaridade, local de origem, migração, tempo de moradia em São Paulo.

A partir do mapeamento das áreas centrais como maior concentração de moradores de rua, o poder público deveria atentar para a violência e o medo como constantes em suas vidas, em especial a partir de programas sociais de distribuição de renda, moradia e acompanhamento sistemático por meio de uma rede de proteção social. Em especial, pela atuação de grupos de extermínio nessa área, como estudado no capítulo anterior.

[...] CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Os moradores de rua da Área Central da cidade de São Paulo são predominantemente do sexo masculino e têm, como média, 40 anos de idade. Na sua grande maioria são “não brancos”, incluindo-se aí os pretos, pardos, amarelos e indígenas, segundo classificação realizada pelos pesquisadores de campo. A porcentagem de analfabetos na população é superior à do Município de São Paulo e a maioria não chegou a completar o ensino fundamental.

Quanto à região de origem, predomina o Sudeste brasileiro, com forte concentração de paulistas, seguidos por migrantes da Bahia e de Minas Gerais que superam os demais estados brasileiros. Os migrantes que vieram para São Paulo uma única vez, e então permaneceram, estão na cidade há, em média, 18 anos, independentemente do seu estado ou município de origem. Os que vieram mais de uma vez estão, em média, há oito anos, desde a última vez que vieram para São Paulo [...]. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 2)

Observa-se, entre outras características demográficas levantadas, a questão da cor, o que revela, em certa medida, como a pobreza está associado ao processo histórico-social do Brasil como discurso de uma sociedade dita “igualitária”, baseada no “mito da democracia racial” que escamoteia as desigualdades sociais.

Porém, identifica-se a questão da pobreza ainda muito ligada aos pobres não-brancos. E algo assustador em relação à negação da cidadania diz respeito à média de idade, devido a

serem relativamente em idade economicamente ativa para estarem na informalidade e na rua. Também há um percentual de mulheres de 15,5%, enquanto os homens seriam 79,7% do universo total de 6.587 moradores de rua, conforme dado da FIPE (2009).

A caracterização demográfica da FIPE tem algumas peculiaridades entre as quais a derrubada do mito do baiano como a maioria pobre que vive na rua e muito associada à “ignorância” pela cultura de massas.

QUADRO 3
Local de Origem
Região de Origem

Região de Origem	Frequência	%	% Válida
Norte	3	0,6	
Nordeste	174	33,1	33,1
Centro-Oeste	8	1,4	1,5
Sudeste	303	57,6	57,7
Sul	34	6,5	6,5
Outro país	3	0,6	0,6
Total	525	99,8	100
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100	

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 10-11).

QUADRO 4
Estado de Origem

Estado de Origem	Frequência	%	% Válida
São Paulo	241	45,8	46,2
Bahia	66	12,5	12,6
Minas Gerais	43	8,2	8,2
Pernambuco	38	7,2	7,3
Ceará	27	5,1	5,2
Paraná	24	4,5	4,6
Alagoas	14	2,7	2,7
Rio de Janeiro	14	2,7	2,7
Demais Estados	55	10,5	10,5
Total	522	99,2	100
Outro país	3	0,6	
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100	

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 11).

QUADRO 5

Migração

Migrantes e Paulistanos

Origem	Frequência	%
Migrantes	379	72,6
Paulistanos	143	27,4
Total	522	100

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 12).

No tocante à região de origem, prevalece fortemente o Sudeste, devido à expressiva quantidade de paulistas, como local de origem, seguidos por baianos, mineiros e demais estados.

QUADRO 6

Idade

Estatísticas da Idade

Idade média	40,2
Idade mínima	18
Idade máxima	85
Nº de entrevistados	526

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

QUADRO 7

Faixas etárias

Faixas Etárias	Frequência	%
18 a 30	136	25,8
31 a 49	264	50,2
50 anos e mais	126	24,0
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

No critério de idade, foram definidos na condição de morador de rua homens e mulheres com mais de 17 anos a partir do critério da capacidade para responder às questões apresentadas. Os resultados do perfil socioeconômico desses moradores, situados na área central da FIPE, 2010, preocupa pelo fato de a maioria estar em plena capacidade para o

exercício de atividades produtivas, com idade média de 40,2 anos. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

E se comparativamente a população de rua do centro tem uma percentagem de analfabetos superior à do município; porém, a grande maioria sabe ler e escrever embora não tenha concluído o ensino fundamental, conforme dados da FIPE (2010).

Faltam, no entanto, programas sociais que priorizem de modo integrado políticas de educação pra elevar a escolaridade e permitir uma melhor formação e qualificação para o trabalho. Aliado a programas de renda e moradia popular, acolhimento 24 horas com alimentação, repouso, apoio psicológico e de saúde para todos, inclusive os dependentes químicos.

QUADRO 8
Escolaridade
Leitura e Escrita

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Analfabeto	5	6,9	44	9,9	49	9,5
Sabe ler e escrever	67	93,1	399	90,1	466	90,5
Total	72	100	443	100	515*	100

*Excluídos 11 casos sem informação.

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 10).

Além da questão demográfica, foram analisadas outras dimensões como: família e vínculos familiares atuais; alternativas de pernoite e última morada; trabalho e renda; saúde e serviços; cidadania e tempo de rua.

FAMÍLIA E VÍNCULOS FAMILIARES ATUAIS

A análise da dimensão “família e vínculos familiares” possibilita aferir que a maioria dos moradores de rua da área central de São Paulo vive sozinha. Bem como a maioria possui parentes que moram em São Paulo (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3).

QUADRO 9

Vivem acompanhados ou sozinhos nas ruas

Com quem vive na rua	Frequência	%
Acompanhado	174	33,1
Sozinho	352	66,9
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

QUADRO 10

Moradores de rua com filhos e sem filhos

Moradores de rua	Frequência	%
Com filhos	311	59,1
Sem filhos	213	40,5
Não sabem sabe se têm filhos	2	0,4
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

QUADRO 11

Moradores de rua com parentes na cidade de São Paulo que não vivem com eles

Têm parentes na cidade de São Paulo	Frequência	%	% Válida
Sim	322	61,2	61,3
Não	203	38,6	38,7
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100,0	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

ALTERNATIVAS DE PERNOITE E ÚLTIMA MORADIA

Entre as alternativas de pernoite e última moradia, observa-se uma carência em especial quanto às poucas opções de pernoite, haja vista haver uma linha muito tênue entre o albergue e a rua. A deficiência de políticas públicas de moradia para população de baixa renda é algo desumano.

Verifica-se, nas estatísticas apresentadas, quanto aos que perderam a última moradia, que 36% dos entrevistados eram paulistanos, os demais migrantes, que, por diversos motivos, acabaram em situação de rua (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3-4).

QUADRO 12

Onde tem dormido desde que está na rua (Resposta múltipla)

Locais em que tem dormido	N	%
Albergue	337	64,2%
Pensão/Vaga/Quarto	153	29,1%
Alojamento – Local de trabalho	45	8,6%
Instituição (Igreja, abrigo, hospital)	28	5,3%
Nenhum desses locais	151	28,8%
Respostas		
Respondentes	525	100,0%

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 15).

TRABALHO E RENDA

QUADRO 13

Ocupação Exercida Antes de Viver na Rua

Principal trabalho antes de viver na rua	Frequência	%	%
Construção Civil	146	27,8	28,3
Serviços domiciliares limpeza	71	13,5	13,8
Serviços técnicos e administrativos	67	12,8	12,9
Comércio Informal	65	12,4	12,5
Comércio formal	34	6,5	6,6
Ajudante geral	24	4,6	4,7
Indústria	22	4,2	4,3
Trabalho rural	19	3,6	3,7
Serviços na área de transporte	15	2,8	3
Serviços de segurança	14	2,6	2,8
Sem informação da ocupação	21	3,9	4
Nunca trabalhou	18	3,5	3,4
Total	516	98,2	100
Sem informação	3	0,5	
Sempre morou na rua	7	1,3	
Total	526	100	

Fonte: Tabela 3.2 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 17).

QUADRO 14
Trabalhou com registro em Carteira, segundo Grupos Etários

Trabalhou registrado		Grupos etários			Total
		18 a 30	31 a 49	50 e mais	
Sim	Frequência	54	195	104	353
	%	40,0	74,1	83,9	67,6
Não	Frequência	81	68	20	169
	%	60,0	25,9	16,1	32,4
Total		135	26,3	124	522
		100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 17).

Na questão trabalho e renda, verifica-se um histórico de que a maioria na faixa etária entre 31 a 49 anos e 50 e mais estava inserida no mercado formal de trabalho e com registro em carteira antes de ir para a rua e entrar na informalidade. Portanto, tem experiência profissional e, mediante programas sociais de assistência e seguridade social, poderia voltar a exercer atividades formais de trabalho. Também na faixa de 18 a 30 anos como maioria que não trabalhava registrada antes de ir para a rua, são importantes programas de qualificação profissional acompanhados de redes de proteção social, consideradas as habilidades profissionais desenvolvidas nas atividades informais antes e durante o dia a dia nas ruas. Em todos os casos, revela-se a falta de políticas públicas de educação, saúde, renda, moradia, lazer, entre outras para que possam exercer sua cidadania.

QUADRO 15
Fontes para obtenção de Dinheiro

Geralmente, o que fazem para ganhar	Frequência	%
Trabalho	351	66,9
Trabalho e esmola	80	15,2
Esmola	74	14,0
Não faz nada	21	3,9
Total	526	100,0

Fonte: Tabela 4.5 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 18).

Segundo a pesquisa da FIPE, no dia da entrevista quase metade havia auferido renda monetária por meio de atividades típicas de rua, inclusive pela mendicância (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 4).

O trabalho acaba por ser uma opção significativa para os moradores da área central conforme dados da FIPE, dos quais, entre as fontes para obtenção de dinheiro, em geral estão: trabalho: 66,9%; trabalho e esmola 15,2%; esmola 14%; não faz nada 3,9%.

Entre as atividades de trabalho dos moradores em situação de rua para obtenção de renda, podemos destacar as atividades informais:

QUADRO 16

Atividade de Trabalho para Obtenção de Renda

Atividades	Frequência	%
Cata materiais recicláveis	268	62,1
Lava-guarda carros-flanelinha	56	12,9
Carga e descarga	47	10,9
Vendedor (doces, frutas, amendoim, flores, jornais)	37	8,5
Construção civil-pedreiro	30	6,9
Limpeza-Faxina	7	1,6
Distribui panfletos	4	0,9
Sem informação das atividades	80	18,5
Respostas	529	122,7
Respondentes	431*	100,0

Fonte: Tabela 4.6 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 19).

A renda foi obtida mediante atividades informais, sendo os mais comuns a coleta de material reciclável, venda de alguns produtos de baixo custo, serviços de carga e descarga, guarda de carro, entre outros.

Entre os principais trabalhos exercidos pelos moradores da área central da cidade, antes de viver na rua, a partir dos dados sobre trabalho e renda (perfil socioeconômico) da FIPE estão: construção civil, serviços domiciliares de limpeza, serviços técnicos e administrativos, comércio informal, comércio formal, ajudante geral, indústria, trabalho rural, serviços na área de transporte, serviços de segurança, o que interpretamos a partir dos dados da FIPE como correspondente em seu conjunto a um percentual superior a 90% do total entrevistado. É importante destacar que, para fins de análise do perfil socioeconômico dos moradores de rua, foram considerados como ‘área central’ da cidade de São Paulo segundo dados fornecidos pela FIPE os seguintes distritos: Sé, República, Pari, Brás, Cambuci,

Liberdade, Consolação, Bela Vista, Santa Cecília e Bom Retiro. E isso é devido à grande maioria dos moradores de rua da cidade, ou seja, 62%, estar concentrada nessa área.

Quanto à questão do saneamento dos espaços pela municipalidade, e nesse ponto há um dilema a ser enfrentado, no que diz respeito à informalidade, há uma preocupação muito mais em expulsá-los das áreas centrais pela disciplina imposta pelos aparelhos repressivos que realizar ações concretas para tratar a pobreza, configurando-se tais políticas em uma grande distorção de enfoque para algo tão preocupante que são as precárias condições de vida dos que se encontram em tal condição e que dificilmente conseguem sair dela sem ajuda governamental, pois embora mantenham vínculos afetivos, em sua maioria são pessoas solitárias e que necessitam encontrar oportunidades para uma trajetória de vida que lhes resgate a dignidade humana; por mais que existam redes sociais, movimentos cristãos de ordens diversas que prestem assistência com alimentos, vestuário e apoio espiritual ou moral, só as políticas públicas preocupadas com a gestão social seriam capazes de romper fronteiras sociais e espaciais para inserção no âmbito da cidadania. Portanto, os espaços saneados vão aumentando a distância social entre quem lá fica e quem é obrigado a circular no seu entorno. Há um abismo social em curso que dificilmente terá volta caso continue em curso os projetos em andamento pela prefeitura em parceria com a iniciativa privada. Vale destacar que essa população de rua é a mais vulnerável em todos os sentidos por não dispor de recursos próprios para se reerguer. São, portanto, extremamente carentes de políticas públicas urgentes.

[...] TRABALHO E RENDA

A população de rua tem um histórico de perdas e o emprego é uma das mais importantes; extingue-se, de imediato, a fonte de rendimentos podendo gerar instabilidade familiar/econômica que nem todos sabem, ou têm condições de enfrentar.

É importante constatar que a maioria de homens e mulheres entrevistados trabalhava antes de perder a moradia e chegar à vida de rua. O elenco de ocupações que exerciam abrange desde as categorias mais simples e de menor exigência de qualificação, até serviços técnicos e administrativos mais especializados.

Cabe ressaltar que a maioria estava inserida no mercado formal de trabalho com registro em carteira, situação quase inexistente na atual condição de rua. Há pessoas com mais de 10 anos sem trabalho registrado, sem qualquer direito trabalhista e cobertura previdenciária. Nessa condição, enquadram-se entre os que seriam alcançados pelos benefícios sociais criados pelo governo para inclusão da população de baixa renda. No entanto, quase a totalidade dos entrevistados informou não receber qualquer benefício.

Embora sobrevivam sem empregos regulares ou formais, geram renda monetária para satisfazer algumas de suas necessidades. No dia da entrevista, quase a metade tinha auferido pequena renda em atividades típicas de rua, incluindo a mendicância. E gastaram no mesmo dia para consumir o que consideram essencial: comida, cigarro, bebida e drogas. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 4)

O que nos chamou atenção na pesquisa é a relação muito tênue entre o morador de rua e a informalidade e as técnicas para sobreviver nas ruas. Haja vista que quem está hoje em

situação de rua, como demonstram os dados, já esteve na formalidade e acabou por perder o emprego, passando à vulnerabilidade social, e o que ganha, acaba por não reverter em benefícios duradouros, mas para atender suas necessidades de emergência, de sobrevivência. Há mesmo que se discutir se a grande maioria não poderia obter uma mudança nas condições de vida e trabalho se as políticas públicas da municipalidade dessem condições mínimas para tal, como renda mínima e moradia para esses excluídos socialmente.

A partir dessas reflexões anteriores, observa-se que não existe efetivamente interesse social em combater a pobreza extrema de pessoas que se encontram na informalidade e em situação de vulnerabilidade social como mendigos, viciados, dependentes, moradores de rua, camelôs por parte da administração municipal, mas, sim, em aumentar a repressão policial e promover a limpeza social via exclusão, funcionando como uma espécie de *Panóptico*⁷ como instrumento de disciplina e controle sobre suas ações, suas vidas, suas almas, seu corpo, sem que haja perspectivas de acolhimento. São literalmente segregados dos espaços para áreas distantes dos olhares da população, ou mesmo somem sem que se saiba qual foi o destino, estão jogados à própria sorte.

SAÚDE E SERVIÇOS

Pesquisa divulgada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, revela o lado trágico das políticas sociais em São Paulo em relação ao morador em situação de rua, que transfere a questão da dependência de drogas por meio do sensacionalismo da mídia, sem apresentar políticas públicas efetivas para a questão social. A divulgação nos jornais de grande circulação visa muito mais sensibilizar a sociedade no sentido de legitimar medidas radicais por meio de intervenções urbanas que afastem os sujeitos das ruas, sem que se apresente um planejamento urbano para a área central

⁷ Refere-se à analogia ao termo usado por Michel Foucault: “[...] O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber a torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protege. A visibilidade é uma armadilha [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 165-166)

da região da Luz objeto de ações exemplares como gestão preocupada em sanear a área. O conteúdo da matéria veiculada a seguir mostra um tratamento estereotipado do jovem morador de rua a partir de um problema que envolve toda a sociedade e não apenas quem mora na rua, bem como não traduz a realidade da maioria que vive em situação de rua. Mas parece formar opinião acerca do vínculo entre a dependência química e a rua.

Mais da metade dos jovens na rua é viciada em crack

[...] A principal mudança no cotidiano atual da população de rua é a presença do crack como droga principal, além de álcool e cigarro, em todas as faixas etárias pesquisadas. Usam crack 27,3% daqueles que vivem nas ruas da capital. Entre os jovens de 18 a 30 anos, esse índice sobe para 53,7%. ‘Essa foi uma das principais mudanças sentidas pelos coordenadores da pesquisa de campo, que viram um cenário diverso no começo da década’, explica a coordenadora da pesquisa, a economista Silvia Schor. ‘Isso causa uma transformação na maneira de se relacionar e torna a rua ambiente mais atraente.’

[...] Conforme dados da pesquisa, as pessoas que vivem nas ruas ganham em média R\$ 19,30 por dia por meio de trabalhos e esmola. Daquilo que recebem, 69% gastam com comida, 41,4% com bebida, 33,6% com cigarro e 19,6% com drogas. ‘O combate ao tráfico de drogas no centro é uma política pública fundamental’, defende a pesquisadora.

Outro dado importante é que 52,5% dos que vivem nas ruas passaram antes por internações em outras instituições, como Fundação Casa – a antiga Febem – (11,2%), clínica de álcool e droga (25%) e hospital psiquiátrico (8,2%). (MANSO, *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2010)

Outro dado desalentador é o vício por parte da população em situação de rua, haja vista a grande maioria ser dependente de álcool e/ou drogas. Segundo dados da FIPE, seriam 74,4% dos entrevistados, o que seria um indício da convivência associada ao vício como prática social? Ou seja, o vício poderia estar associado com a própria sobrevivência na rua como espaço de socialização?

Cerca de 400 moradores de rua dormem no Triângulo Histórico de SP

[...] DROGAS

A pesquisa da Fipe mostrou que a maioria dos moradores de rua bebe e usa drogas. ‘A questão do uso de álcool e drogas é um grande desafio da modernidade em todas as camadas sociais, e ainda não temos abertura para intervenções inovadoras’, expõe o professor Walter Varanda. O que nos faz pensar que o problema dos usuários de substâncias psicoativas que moram na rua não tem solução, intensificando o processo de estigmatização contra elas.’

Dos entrevistados, 74% declara ser adepto do álcool, drogas ou ambos. Entre os 18 e 30 anos, a proporção atinge 80%. Mais da metade já foi internada em alguma instituição – casas de detenção e clínicas de recuperação. A droga mais consumida é o crack. Mais da metade declara utilizá-lo. Já os mais velhos preferem o álcool. ‘A discussão sobre internação compulsória, por exemplo, é uma forma de criminalização dos usuários, que, diga-se de passagem, indica o retrocesso na forma de encarar o problema’, opina Varanda [...].

(SPILLARI, *O Estado de S. Paulo*, 29/07/2010. Disponível em:< <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,cerca-de-400-moradores-de-rua-dormem-no-triangulo-historico-de-sp,587723,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 19h)

No trato com a questão social dos informais, um fator social importante a ser observado quanto à dependência (seja de drogas, álcool, etc.) é sua configuração espacial como lócus de socialização e sobrevivência na rua, haja vista a rua ser um ambiente que exige adaptação, ser uma luta diária pela sobrevivência, até mesmo dos conflitos, frio, fome. Deve-se observar a necessidade de se pensar políticas públicas que alcancem a temática da dependência levando-se em conta programas sociais que visem inserir socialmente as pessoas em situação de rua num ambiente onde se sinta parte cultural, social e economicamente.

CIDADANIA

Na parte relativa à cidadania, a pesquisa FIPE traz um resultado desalentador relacionado aos direitos humanos. Entre os autores da violência, a polícia aparece em segundo lugar, o que revela o despreparo e a falta de formação das autoridades constituídas no respeito ao morador em situação de rua; justamente por estar em situação de vulnerabilidade é que mais deveria ter assegurada a proteção do poder público.

QUADRO 17

Violência na rua

Sofreu violência na rua	Frequência	%	% válida
Sim	350	66,5	66,7
Não	175	33,3	33,3
Total	525	99,8	100,0
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100,0	

Fonte: Tabela 6.2 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 21).

QUADRO 18

Autores da violência sofrida (Respostas múltiplas)

Por parte de quem sofreu violência	Frequência	%
Moradores de rua	239	46,3
Polícia	144	27,9
Transeuntes	70	13,6
Comerciantes	23	4,5
Outro(s)	23	4,5
Respostas	499	
Respondentes que sofreram violência	341	66,1
Respondentes que não sofreram violência	175	33,9
Total de Respondentes (*)	516	100,0

*Excluídos os sem informação.

Fonte: Tabela 6.3 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 21).

[...] Quer seja total ou parcial, definitiva ou provisória, a exclusão, no sentido próprio da palavra, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção [...]. (CASTEL, 2008, p. 46)

Também vale a pena considerar que a cidadania, como salienta Maria de Lourdes Cerquier-Manzini (2010, p. 12), se exerce pela “[...] prática da reivindicação, apropriação dos espaços, da pugna para fazer valer os direitos de cidadão [...]”.

Como prática constituidora de uma sociedade democrática e plural e não retirando e disciplinando os sujeitos informais que sempre lá estiveram, trabalharam, sobreviveram e construíram pela luta diária no frio e na fome, participação, solidariedade, uma identidade individual e social e não os segregando em outros espaços.

Disciplinar os espaços, retirando as pessoas indesejadas para tratamento forçado ou mesmo expulsando-as para outras áreas no entorno. Na medida em que a população que lá vive acaba tendo sua associação com a questão social, embora sejam um espaço complexo e que envolve políticas públicas, não exposição na mídia e tratamento de choque com acompanhamento da polícia. São sujeitos que trabalham, sobrevivem nas ruas, lutam pela dignidade, e o vício não é uma causa, mas consequência justamente da falta de gestão social.

Um dado que chamou atenção na pesquisa amostrada da FIPE, 2010, foi a exclusão do perfil socioeconômico dos considerados doentes mentais e alcoolizados em excesso.

E há que se considerar, para além da pesquisa, a necessidade de políticas de reabilitação e tratamento adequado, acompanhamento psicológico diante do universo de pessoas de rua ser a maior vítima de estereótipos e da própria desigualdade social.

O que seria uma política social da prefeitura para melhorar a vida dos moradores acaba por se chocar com a negação de direitos conquistados como liberdade de locomoção (dos moradores dessas áreas), diminuição dos espaços de convivência, com a retirada dos albergues nas áreas centrais, aumento da informalidade, controle policial sobre os moradores em situação de rua, dependentes químicos e mesmo a criminalização de movimentos sociais como os sem-teto nos espaços públicos da cidade.

3 HISTÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Há uma verdadeira operação de limpeza espacial e social das pessoas que vivem em áreas objeto das mudanças na cidade, ligadas às condições de vida, higiene, e uma ordem disciplinar, em que se passa aos poucos a se estabelecer uma personificação dos espaços e necessidade de sua regulação como projeto de revitalização da própria cidade, fazendo-a sair do estado terminal para uma sobrevivida. Porém, o foco dessa intervenção espacial, em especial, são justamente os informais que dependem exclusivamente do espaço público para sobreviver.

É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua

No caso dos moradores de rua, há a procura de respostas para duas questões centrais: o que leva as pessoas às ruas e o que fazer? Para a primeira, ainda não se conseguiu uma resposta consistente. Sabe-se que alguns fatores se encontram sempre associados. Assim, álcool, desemprego e rompimento de relações familiares surgem repetidamente nas histórias pessoais daqueles que foram viver nas ruas. Pobreza, dissolução dos vínculos familiares e desemprego são condições que muitas famílias, e pessoas, enfrentam. Nem todas, contudo, levam a perda das condições mínimas que impedem a chegada às ruas.

O que fazer? Como toda política de educação da pobreza, as intervenções junto aos moradores de rua devem ser multidimensionais.

Isso porque todas as dimensões de vida dessas pessoas se encontram atingidas: saúde, emprego, família, moradia, sociabilidade. Isoladamente, é possível identificar alguns fatores que podem tornar as políticas públicas dirigidas aos moradores de rua mais eficientes. Sem pretender uma enumeração exaustiva, pode-se apontar duas condições: a diversificação da rede de atendimento e a provisão de serviços de moradia social, notadamente para aqueles que estão chegando às ruas.

Duas observações finais. O consumo e a venda de drogas não são, certamente, a causa única que leva as pessoas às ruas. São, entretanto, um importante elemento da dinâmica das ruas que possibilita a geração de renda, reduz a eficácia das ações públicas, degrada as condições físicas e seduz jovens e adolescentes. E cabe observar que a questão dos moradores de rua não é uma “questão de polícia”, mas uma “questão social”. Há crescimento dessa população em todas as grandes cidades do mundo. Sempre houve pessoas vivendo nas ruas. Os moradores de rua hoje,

entretanto, carregam as determinações da época em que vivemos. É utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos, e até mesmo em zonas rurais. É dever do Estado, contudo, dispensar atenção a essa população e procurar reduzir as condições que estão na origem desse processo. (SCHOR, *O Estado de S. Paulo*, 01/06/201. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h)

Identificamos de início que a ordem num contexto atual como modelo de sociedade disciplinar significa repressão policial contra os informais e demais trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida digna, e o progresso é o próprio sistema capitalista impulsionado pelo meio técnico-científico-informacional que potencializa a globalização atual, por meio da especulação imobiliária, segregação social e espacial. Porém, o poder local prefere aderir a essa lógica globalizante sem atentar para as questões dos mais pobres da cidade. E a função da gestão pública é justamente o oposto, cuidar da população como um todo, sem excluir os segmentos mais carentes. Certamente há fatores histórico-sociais nas medidas saneadoras da administração como sociedade autoritária e que privilegia a expulsão e marginalização ao associar moradores aos vícios, e estes apenas reproduzem o consumo da própria sociedade pertencente às variadas classes sociais. A dependência não é realidade apenas do informal que vive na rua, mas um problema de políticas públicas, haja vista os acidentes de trânsito constantemente serem associados ao uso do álcool pela própria mídia e em classes sociais com melhor poder aquisitivo que o morador de rua.

Por outro lado, a municipalidade em sintonia com a elite privilegia, pela arquitetura e urbanismo, design e engenharia, a organização e produção dos espaços que promovem mudanças como revitalização das áreas centrais como: mercado modelo, bairro da Luz, Vale do Anhangabaú, entre outros, solidificando as relações hegemônicas: políticas, econômicas e sociais. Como o trabalho morto, ou seja, imaterial, é representado por planejamentos, projetos, discursos, propaganda visando aumentar a desigualdade social e por consequência a situação de vulnerabilidade social dos informais. As medidas saneadoras representam por um lado a hegemonia da elite paulistana, por outro, potencializam o próprio capitalismo, como divisor das relações sociais de trabalho na cidade, modelo e símbolo da modernidade. A estética, o embelezamento são fortes impulsionadores desse projeto, criando uma falsa ilusão de melhorias para os mais pobres e enriquecendo a elite e potencializando possíveis e imaginários especuladores de plantão, classe média emergente. As imagens, paisagens projetadas por urbanistas (maquetes, projetos urbanísticos apresentados em alto estilo, discursos fascinantes projetados em equipamentos de última geração, entre outros artifícios da

técnica) são fortes indutores de convencimento da “felicidade” quase sempre “alheia” e “elitista”.

A ordem permite o progresso capitalista como divisão e apropriação dos espaços, territórios, vidas, realidade. Permite a perversidade humana, por um sonho não realizável *a priori*. No entanto, outros territórios há. Outras possibilidades. A consciência e organização social, mudando o que deve ser mudado.

[...] O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. [...]. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20)

A rua é sua moradia ou seu local de trabalho e objeto da política saneadora por parte da administração municipal que trata as questões sociais, como os informais dependentes químicos, como caso de polícia.

Porém, é relevante entender melhor a trajetória de vida desses atores sociais que compõem nossos territórios e que sobrevivem no dia a dia da rua.

História de Vida

EM SP HÁ 22 ANOS, BÓBI MORA NA RUA DESDE 2006

Ele foi comerciante, mas virou sem-teto depois de uma briga com a ex; agora, quer lançar um CD

Há 22 anos, o cantor e artista plástico Bóbi Neto, de 40 anos, saiu do interior da Bahia com o sonho de ficar famoso em São Paulo. Nascido Nelson Silva de Jesus, seu sonho era montar uma discoteca ou um bar e ‘ver no que dava’.

Trabalhou por cinco anos com construção e foi morar com a primeira das nove mulheres com quem viveu em São Paulo. ‘Brigamos feio uma noite. Deixei ela e a mãe dela lá e fui para a rua.’

Nessa primeira vez, Bóbi dormiu ao relento por 30 dias. Perdeu o emprego, mas logo se reergueu trabalhando como flanelinha em um cinema no centro. Depois, foi motorista em uma empresa de entregas e as coisas começaram a deslanchar. ‘Me casei, tive dois filhos e, em 1998, fiz um curso de canto popular e descobri que tinha uma vocação para a arte.’ Começou a tocar numa banda e fazer cover de Raul Seixas. ‘E eu cantava tão bem que cheguei a ir 29 vezes no programa do Leão Lobo.’

Bóbi começou a trabalhar com jardinagem, aprendeu a fazer cerâmica e abriu uma loja de artesanato em Mogi das Cruzes. Mas sua vida de empresário acabou logo. Primeiro, sua mulher fugiu de casa para morar com os filhos na Bahia, na casa de um primo por quem era apaixonada há anos. Depois, teve uma filha com outra mulher, que também o largou para voltar para a Bahia. E o golpe final veio quando uma briga com uma nova namorada acabou virando caso de polícia.

Isso foi em 2006. Desde então, Bóbi está na rua. Nos primeiros três anos, usou maconha, cocaína e, principalmente, crack. ‘Ficava o dia todo num quarto de hotel da cracolândia, e fazendo muita safadeza com as meninas que vendiam pedras.’ Hoje, ele conta que se recuperou sozinho.

A prova parece estar na retomada: ele vai lançar um disco de MPB com dois amigos e está terminando uma autobiografia.

Depois, Bóbi já sabe o que fazer. Primeiro, vai tentar sair da rua. E, depois, planeja uma viagem para o interior da Bahia, onde mora sua filha mais nova. ‘O que eu mais

quero é mostrar para ela meu livro e meu CD para que ela veja que eu não estou aqui à toa.’

(BURGARELLI. *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,em-sp-ha-22-anos-bobi-mora-na-rua-desde-2006,559678,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h)

A partir de depoimentos como o de Bóbi, é possível um outro olhar sobre a questão do morador de rua, como condição extrema, relacionada a perdas e superações ao longo da vida. Muitas vezes a rua é o único lugar que resta quando não há mais acolhimento social. E atendê-los por políticas sociais efetivas seria uma forma de resgatar sua dignidade como cidadão de fato e de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algo marcante durante a análise dos discursos ao longo da pesquisa nos jornais foi justamente a utilização dos dados da FIPE sobre população de rua para fundamentar discursos estereotipados. Prefere-se dar ênfase a dados estratégicos da pesquisa quanto à dependência química diante do universo de informações pesquisadas. E por quê? Numa espécie de legitimação perante a população por meio de uma “base científica” para a questão desses informais do centro. Revela um discurso que traz consigo ideologias que estariam acima de quaisquer suspeitas e acima de possíveis questionamentos por sujeitos que não teriam o grau de conhecimento especializado.

Nesse aspecto, a cultura de massas se transforma em instrumento científico e tecnológico que tem como fonte de construção dos discursos a herança positivista no seio social e um viés autoritário pelo alinhamento da mídia ao discurso hegemônico e autoritário como matriz das nossas elites, na medida em que aqueles que estão com a “verdade” ditam as regras e impõem suas vontades ao corpo social. Na realidade, trata-se de uma deturpação de fatos. Vende-se a sociedade, em especial segmentos médios formadores de opinião, estereótipos quanto à questão do morador de rua associando-os as drogas, violência, caso de polícia e saúde pública. Que exige um tratamento rápido e eficiente, mediante ações firmes e enérgicas para o tratamento de uma espécie de crime que se alastra pela cidade, sendo necessária uma intervenção cirúrgica, via “limpeza social”, por se tratar de viciados, drogados, e não de cidadãos ditos de bem.

Portanto, pareceu-nos, a partir da pesquisa, que a mídia prioriza determinados fatos sociais da cidade associada à pobreza e à informalidade capazes de justificar a intervenção da

municipalidade por meio dessas ações saneadoras e disciplinadoras como uma salvaguarda da própria moralidade e ordem no trato com a questão social do morador de rua, como ameaça ao corpo social sadio.

Alimenta-se o jogo de interesses corporativos locais, e, nesse discurso, há uma espécie de clamor público, como questão de segurança pública.

Para isso, ao longo dos anos, foi sedimentada a ideia de mudanças para a área, como necessárias aos reclames sociais; expressões como “Cracolândia”, “Crack”, “Internação compulsória” e Projeto Nova Luz são faces da mesma moeda, como realização utópica saneadora da elite paulistana. Ou seja, o desejo de exclusão social para quem mora na rua, nas áreas centrais.

Traduzidas em ações por meio de uma política municipal de segurança pública, inclusive fechando albergues no centro e expulsando moradores para outras áreas. Um instrumento que promove e legitima essas mudanças são as revitalizações do centro como técnica da arquitetura e engenharia no embelezamento de áreas estratégicas para outra classe social ocupar.

Também se verifica que essas políticas de saneamento por meio de projetos como Operação Delegada, Cidade Limpa, projetos de revitalização de áreas centrais, acabam por gerar mais segregação espacial e criação de estereótipos. Trata-se na verdade de um processo de exclusão social com o uso da repressão policial associada à especulação imobiliária crescente na cidade.

Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, chama atenção para a questão urbana e seu processo de deterioração por meio de um “olhar antropológico”, por meio de uma análise da pobreza como questão social. E não algo simplista que se resolve pela criminalização por parte do Estado.

Necessário seria um tratamento específico para os informais, em especial aos moradores em situação de rua. Para isso, propomos: a criação de núcleos profissionalizantes por subprefeituras; convênios entre a Prefeitura, universidades públicas e/ou privadas para a formação de grupos de pesquisa permanente da população informal, inclusive com a contratação pelo poder público municipal, via concurso público, de assistentes sociais, advogados, historiadores, psicólogos, médicos, cientistas sociais, visando trabalhar em parceria com as subprefeituras e as universidades no trato com a questão social; o estudo desse fenômeno social por meio de financiamento público visando ações efetivas para melhorar as condições de vida e trabalho desses atores sociais.

São importantes igualmente novas maneiras de agir por parte da municipalidade por meio de uma rede social para os sujeitos em maior vulnerabilidade social, uma gestão social que possibilite um programa permanente de distribuição de renda e salário (renda mínima) para pessoas que apresentem riscos de se tornarem futuros moradores em situação de rua, incluindo a contratação de novos assistentes sociais, as parcerias público/privado de geração de emprego e renda, aliadas à requalificação profissional e recolocação na formalidade, como contratação do poder público para serviços comunitários, acompanhado de tratamento em clínicas especializadas para os dependentes químicos.

Há também urgência da mudança na gestão das subprefeituras, em especial pela desmilitarização e eleição de representantes da própria comunidade.

Outro ponto relevante é a retomada da gestão democrática na cidade, a partir de políticas públicas locais em parcerias com as comunidades, na tomada de decisão de onde e como seriam gastos os recursos a partir de suas necessidades.

Há inclusive exemplos de associações e cooperativas de catadores de lixo que têm papel relevante com programa de renda mínima e melhoria de limpeza urbana da cidade. Exemplos que a própria prefeitura ignorou, restringindo esses espaços, fechando cursos de formação e cooperativas que desempenhavam papel relevante na formação para o trabalho, inclusive com reciclagem do lixo. Um exemplo positivo em vigor hoje na cidade é a Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério (CooperGlicério) que desenvolve economia solidária entre seus membros na coleta de material reciclável. No entanto, esse caso não é regra. Ao contrário, constitui-se em exceção na cidade.

A grande questão é que as decisões da administração municipal são de gabinete e não levam em conta fatores socioeconômicos, de acompanhamento psicológico, de dependência química, de local adequado para essas pessoas conviverem com dignidade. Faltam políticas sociais que garantam moradia aos mais pobres, acompanhadas por uma política de emprego e renda, lazer, cultura, e melhores condições de vida, perspectivas de crescimento pessoal e profissional como os “cidadãos de bem” dessa cidade.

Vale ressaltar que, a partir da pesquisa realizada com moradores em situação de rua, verifica-se que fatores socioeconômicos contribuem para a vulnerabilidade social, incluídos: idade, escolaridade, rompimento de vínculos familiares e esses dados precisam ser utilizados para inclusão social, haja vista o próprio modelo capitalista de consumo excluir da formalidade por critérios extremamente preconceituosos pessoas com as características apontadas na pesquisa. Portanto, sem haver políticas públicas efetivas dificilmente essas pessoas voltarão a ser inseridas no mercado de trabalho ou terão acesso mínimo a bens

públicos. Os dados da FIPE colaboram para uma interpretação cuidadosa do perfil do morador em situação de rua, e é a partir dessa análise que sugerimos algumas medidas, como as apontadas anteriormente.

No tocante aos jornais, quanto às políticas públicas do governo municipal, observa-se que a polícia, pela sua natureza, é repressiva, e estimula-se uma política de segurança pública em relação ao informal de repressão e exclusão social.

Uma política que favoreça mudanças do ponto de vista social como capacitação e criação de espaços para o trabalho dos informais, além de medidas que visem colocá-los na legalidade como cadastro e criação de uma área na região central destinada ao comércio desses informais. Que a memória nos revela sua importância histórica para a própria cidade como espaço social e cultural.

Observa-se que, entre outras causas das políticas públicas desastrosas, está o fato de a questão da cidadania no Brasil ter sempre sido um grande equívoco, uma verdadeira farsa. Diferentemente de garantir uma rede de proteção social que viabilize as necessidades básicas do cidadão como gestão pública preocupada com a pobreza alarmante, as pessoas são jogadas à própria sorte.

No Brasil, a democracia é defendida pelos economistas conservadores, bem como pela grande mídia e mesmo por políticos tradicionais como um sistema representativo que trabalha com restrições, ou seja, é uma democracia às avessas, já que ao invés do exercício da participação popular ser ampliado, ela é restringida e direcionada de cima para baixo. A classe média em sintonia com o pensamento dominante elitista não gosta de participação popular, mas, sim, de privilégios. As decisões políticas passam por gabinetes em que alguns iluminados se acham preparados para governar o país em nome da democracia. Mesmo os movimentos sociais precisam de um líder que represente os anseios das massas como símbolo da luta pela democracia, não há uma cultura política no Brasil da democracia. O que há efetivamente são discursos seja pela mídia, seja pelo mercado, seja por políticos, de que existe ou não democracia no país em função de interesses de grupos, grandes corporações mundiais em sintonia com interesses elitistas nacionais, ou de empresas de comunicação ou de clãs que defendem um ideal de democracia, que é restritivo aos arautos da liberdade de expressão e sabedores do que é democracia. Embora formalmente tenhamos uma democracia mista: direta e indireta. O exercício da cidadania ativa ainda é mais formal que material. E fora dos sistemas partidários, de grupos de interesses elitistas e/ou comunicacionais, não se tornou uma cultura política. Embora a norma constitucional produza todos os efeitos que dela se espera do ponto de vista formal, teria, portanto, eficácia plena. No Brasil, está previsto na Constituição

Federal de 1988 em seu art. 1º, incisos II e III, respectivamente entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania e a dignidade humana e sua associação com os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Falar em cidadania aqui é algo distante da nossa realidade, haja vista muitas pessoas não atingiram a condição de cidadãos, e não é por ignorância do povo, mas porque se busca criar estereótipos de todos os tipos para aqueles que ameacem os privilégios e interesses de grupos ou classes sociais abastadas. No Brasil, pobreza é associada à ignorância como forma de se manter desigualdades pela desqualificação social, é uma triste realidade presente em nossa sociedade autoritária desde sua concepção. Há, sim, uma constante criminalização dos movimentos sociais de luta por melhores condições de vida, ou dos que lutam por direitos. E São Paulo se revela como a síntese dessa cultura autoritária como constituidora da nossa formação colonial.

Faz-se mister, do ponto de vista social, mudanças concretas nas políticas governamentais, principalmente no município de São Paulo, no tratamento da informalidade, ao invés de usar do autoritarismo, mecanismos de maior eficiência.

Em especial no trato com a dependência química enquanto dilema humano que passa pela família, sociedade e acaba no abandono na rua, num ciclo perigoso em que se paga qualquer preço para a manutenção do vício.

As políticas públicas do Estado e Município deveriam dar condições de recuperação e reinserção social ao invés de criminalizá-los. Revela-se na própria falência do município como instância mais próxima desse indivíduo, que teve sua cidadania negada, acabando por se tornar vítima dos traficantes.

Aumentar o investimento em políticas sociais de renda, emprego, moradia, aumento do número de albergues em áreas de maior vulnerabilidade social, como as áreas centrais polos naturais de atração da pobreza, onde há mais violência, acompanhadas por políticas de assistência social como acompanhamento jurídico, psicológico, assistencial, alimentar em caráter emergencial também se constitui em instrumento que ameniza os problemas sociais e da marginalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 315p.

BURGARELLI, Rodrigo. Em SP há 22 anos, Bóbi mora na rua desde 2006. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01/06/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,em-sp-ha-22-anos-bobi-mora-na-rua-desde-2006,559678,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão* In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2008. 271p.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. *O que é Cidadania*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. Coleção Primeiros Passos.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL (vários autores). *Cidade Luz: Uma investigação-ação no Centro de São Paulo*. São Paulo: Editora PI. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf>. Acesso em: 23/04/2011 às 11h46.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir (História da Violência nas prisões)*. Petrópolis: Vozes, 2008. 262p.

JAPIASSÚ, H. F. & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5ª med. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 309p.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão social: traduções regionais de duas categorias da prática. *Revista Econômica*, vol. 4, n.1. 2003.

MANSO, Bruno Paes. *Mais da metade dos jovens na rua é viciada em crack*. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Metrôpoles/Cidade C5, São Paulo, 01/06/2010.

MOCARZEL, Evaldo. (Direção). *À Margem da Imagem*. Produção SP Filmes de São Paulo. Documentário. 72'. 2003.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro (A formação e o sentido do Brasil)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 476 p.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 1ª ed. São Paulo: Best Seller, 1999. 650p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SCHOR, Silvia. É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01/06/201. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h.

SCHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Principais resultados do Censo da População em Situação de rua da cidade de São Paulo, 2009*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009.

_____. *Principais resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de rua da área central da cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2010.

SPILLARI, Carolina. Cerca de 400 moradores de rua dormem no Triângulo Histórico de SP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29/07/2010. Disponível em:<<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,cerca-de-400-moradores-de-rua-dormem-no-triangulo-historico-de-sp,587723,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 19h.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. Prefácio Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Boitempo, 2007. 457p.

ZANCHETTA, Diego. Estudantes detidos após confronto com a PM. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Cidades/Metrópole C11, São Paulo, 14/01/2011.